

Usina Santa Fé
S.A. e
Agropecuária
Nova Europa S.A.

**Demonstrações financeiras
combinadas em
31 de março de 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras combinadas	3
Balanços patrimoniais combinados	5
Demonstrações de resultados combinadas	6
Demonstrações de resultados abrangentes combinados	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido combinadas	8
Demonstrações dos fluxos de caixa combinadas - Método indireto	9
Demonstrações do valor adicionado combinados	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas	11



KPMG Auditores Independentes
Passeio das Castanheiras, 431 - Salas 407 a 411
Condomínio Tríade - Torre Nova York - Parque Faber Castell
13561-384 - São Carlos/SP - Brasil
Caixa Postal 708 - CEP 13560-970 - São Carlos/SP - Brasil
Telefone 55 (16) 2106-6700, Fax 55 (16) 2106-6767
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras combinadas

À
Diretoria e Acionistas do
Grupo Santa Fé
Nova Europa - SP

Examinamos as demonstrações financeiras combinadas das entidades Usina Santa Fé S.A. e Agropecuária Nova Europa S.A. do Grupo Santa Fé ("Grupo Santa Fé"), que compreendem o balanço patrimonial combinado em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações combinadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras combinadas

A administração é responsável pela elaboração dessas demonstrações financeiras combinadas de acordo com as bases de elaboração descritas na nota explicativa nº 2 (a). Essas demonstrações financeiras combinadas contêm uma agregação das informações financeiras das entidades Usina Santa Fé S.A. e Agropecuária Nova Europa S.A. e foram elaboradas a partir dos livros e registros contábeis mantidos por essas entidades. A responsabilidade da administração inclui a determinação da aceitabilidade das bases de elaboração às circunstâncias e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras combinadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras combinadas. Conduzimos nossa auditoria de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras combinadas estão livres de distorção relevante.



Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras combinadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras combinadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de risco, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras combinadas para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras combinadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras combinadas das entidades Usina Santa Fé S.A. e Agropecuária Nova Europa S.A. do Grupo Santa Fé ("Grupo Santa Fé") para o exercício findo em 31 de março de 2016, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as bases descritas na Nota Explicativa nº 2 (a) às demonstrações financeiras combinadas.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 (a) às demonstrações financeiras combinadas, que descreve que as entidades incluídas nessas demonstrações financeiras combinadas não são operadas como uma única entidade legal. Essas demonstrações financeiras combinadas não são, portanto, necessariamente indicativas dos resultados que seriam obtidos se essas tivessem operado como uma única entidade legal durante o exercício ou indicativas de resultados futuros. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado combinadas

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado combinado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de março de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração do Grupo Santa Fé, cuja apresentação não é requerida às sociedades anônimas de capital fechado. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras combinadas tomadas em conjunto.

São Carlos, 27 de maio de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Rafael Henrique Klug
Contador CRC 1SP246035/O-7

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Usina Santa Fé S.A. e Agropecuária Nova Europa S.A.

Balanços patrimoniais combinados em 31 de março de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo	Nota	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	8	24.166	49.404	Fornecedores	18	82.191	43.789
Contas a receber de clientes	9	5.345	6.195	Empréstimos e financiamentos com terceiros	19	193.717	184.927
Estoques	10	26.228	23.241	Impostos e contribuições a recolher	21	12.778	12.027
Adiantamentos a fornecedores	11	27.786	26.501	Passivo fiscal corrente	14	30	5
Impostos a recuperar	13	19.067	13.001	Salários e férias a pagar		12.910	12.674
Ativo fiscal corrente	14	538	489	Adiantamentos de clientes		3.337	4.255
Instrumentos financeiros derivativos	30	2.733	149	Outras contas a pagar		2.409	601
Outras contas a receber		4.889	2.214	Instrumentos financeiros derivativos	30	3.344	8.436
Total do ativo circulante		<u>110.752</u>	<u>121.194</u>	Total do passivo circulante		<u>310.716</u>	<u>266.714</u>
Adiantamentos a fornecedores	11	9.003	12.566	Fornecedores	18	1.160	3.757
Depósitos judiciais	15	17.610	17.041	Empréstimos e financiamentos com terceiros	19	386.772	412.559
Impostos a recuperar	13	3.545	3.461	Empréstimos - partes relacionadas	12	17.596	17.832
Ativo fiscal diferido	14	16.483	7.321	Impostos e contribuições a recolher	21	15.285	19.729
Outras contas a receber		5.403	2.025	Instrumentos financeiros derivativos	30	5.455	5.908
Total do realizável a longo prazo		<u>52.044</u>	<u>42.414</u>	Provisões para contingências	22	20.489	16.651
Ativos biológicos	16	223.167	202.475	Total do passivo não circulante		<u>446.757</u>	<u>476.436</u>
Investimentos		662	662	Patrimônio líquido	23		
Imobilizado	17	438.550	464.849	Capital social		99.647	99.647
Intangível		630	894	Reservas de lucros		13.274	9.316
		663.009	668.880	Reserva de reavaliação		88.739	89.676
Total do ativo não circulante		<u>715.053</u>	<u>711.294</u>	Ajuste de avaliação patrimonial		(78.919)	(78.384)
				Prejuízos acumulados		(54.409)	(30.917)
				Total do patrimônio líquido		<u>68.332</u>	<u>89.338</u>
				Total do passivo		<u>757.473</u>	<u>743.150</u>
Total do Ativo		<u>825.805</u>	<u>832.488</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>825.805</u>	<u>832.488</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas

Usina Santa Fé S.A. e Agropecuária Nova Europa S.A.

Demonstrações de resultados combinadas

Exercícios findos em 31 de março de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
Receita operacional líquida	24	432.320	389.195
Custos dos produtos vendidos	25	(351.853)	(318.340)
Valor justo de ativo biológico	16	<u>7.279</u>	<u>4.479</u>
Lucro bruto		<u>87.746</u>	<u>75.334</u>
Despesas de vendas	25	(17.403)	(16.291)
Despesas administrativas e gerais	25	(29.683)	(30.807)
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	26	<u>(7.393)</u>	<u>(8.972)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e variações cambiais líquidas e impostos		<u>33.267</u>	<u>19.264</u>
Receitas financeiras	27	4.203	721
Despesas financeiras	28	(63.823)	(60.356)
Variação cambial líquida	29	<u>(5.169)</u>	<u>14.326</u>
Receitas (despesas) financeiras e variação cambial líquidas		<u>(64.789)</u>	<u>(45.309)</u>
Resultado antes dos impostos		(31.522)	(26.045)
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	(168)	(349)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	<u>10.128</u>	<u>9.028</u>
Resultado do exercício		<u>(21.562)</u>	<u>(17.366)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas

Usina Santa Fé S.A. e Agropecuária Nova Europa S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes combinados

Exercícios findos em 31 de março de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Resultado do exercício	(21.562)	(17.366)
Outros resultados abrangentes		
Variação cambial não realizada - <i>hedge accounting</i>	<u>1.875</u>	<u>(77.800)</u>
Resultado abrangente total	<u>(19.687)</u>	<u>(95.166)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas

Usina Santa Fé S.A. e Agropecuária Nova Europa S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido combinadas

Exercícios findos em 31 de março de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Reservas de Lucros						
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros - Lei 11.638/07	Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de Abril de 2014	74.647	1.238	5.049	90.792	2.131	(11.068)	162.789
Aumento de capital	25.000	-	-	-	-	-	25.000
Dividendos distribuídos	-	-	(157)	-	-	(3.128)	(3.285)
Realização de reserva de reavaliação	-	-	-	(1.116)	-	1.116	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27	-	-	-	-	(2.715)	2.715	-
Perdas líquidas de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	-	-	-	-	(77.800)	-	(77.800)
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	(17.366)	(17.366)
Reserva de retenção de lucros	-	-	3.186	-	-	(3.186)	-
Saldos em 31 de Março de 2015	99.647	1.238	8.078	89.676	(78.384)	(30.917)	89.338
Realização de reserva de reavaliação	-	-	-	(937)	-	937	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27	-	-	-	-	(2.410)	2.410	-
Ganhos líquidos de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	-	-	-	-	1.875	-	1.875
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	(21.562)	(21.562)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(1.319)	(1.319)
Reserva de retenção de lucros	-	-	3.958	-	-	(3.958)	-
Saldos em 31 de Março de 2016	99.647	1.238	12.036	88.739	(78.919)	(54.409)	68.332

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas

Usina Santa Fé S.A. e Agropecuária Nova Europa S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa combinadas - Método indireto

Exercícios findos em 31 de março de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	(21.562)	(17.366)
Ajustes para:		
Depreciação, exaustão e amortização:		
Depreciação (agrícola e indústria)	29.896	28.214
Ativos biológicos colhidos (depreciação)	33.487	37.615
Amortização de Tratos Culturais	33.378	31.536
Amortização de entressafra (agrícola e indústria)	36.622	38.954
Resultado na venda de ativos imobilizados	4.831	6.052
Mudança no valor justo de ativos biológicos	(7.279)	(4.479)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(10.128)	(9.028)
Instrumentos financeiros derivativos	(859)	6.594
Juros de empréstimos mútuos provisionados	2.091	4.970
Juros de empréstimos e financiamentos provisionados	52.376	39.012
Reversão de provisão para contingências	3.838	236
	<u>156.691</u>	<u>162.310</u>
Variações em:		
Contas a receber de clientes	850	(4.800)
Estoques	(2.987)	(2.866)
Adiantamentos a fornecedores	2.278	(1.568)
Impostos a recuperar	(6.199)	(1.695)
Outras contas a receber	(6.053)	71
Depósitos judiciais	(569)	(973)
Fornecedores	35.805	(5.024)
Impostos e contribuições a recolher	(3.500)	5.238
Salários e férias a pagar	236	1.167
Adiantamentos de clientes	(918)	(191)
Outras contas a pagar	489	(580)
	<u>176.123</u>	<u>151.089</u>
Caixa gerado nas atividades operacionais	<u>176.123</u>	<u>151.089</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(168)	(349)
Juros de empréstimos e financiamentos pagos	<u>(50.504)</u>	<u>(37.378)</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>125.451</u>	<u>113.362</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativos biológicos	(80.277)	(100.942)
Aquisição de intangíveis	(196)	-
Aquisição do imobilizado	<u>(44.592)</u>	<u>(67.023)</u>
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	<u>(125.065)</u>	<u>(167.965)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital	-	25.000
Dividendos Distribuídos	-	(5.430)
Empréstimos mútuos tomados (partes relacionadas)	825	1.939
Empréstimos mútuos pagos (principal)	(3.154)	(27.817)
Empréstimos e financiamentos tomados	220.102	354.624
Empréstimos e financiamentos pagos (principal)	<u>(243.397)</u>	<u>(259.061)</u>
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) provenientes das atividades de financiamentos	<u>(25.624)</u>	<u>89.255</u>
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>(25.238)</u>	<u>34.652</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de abril	<u>49.404</u>	<u>14.752</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de março	<u>24.166</u>	<u>49.404</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas

Usina Santa Fé S.A. e Agropecuária Nova Europa S.A.

Demonstrações do valor adicionado combinados

Exercícios findos em 31 de março de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Receitas		
Vendas de produtos	521.937	438.434
Outras receitas	2.729	55
Valor justo de ativo biológico	7.279	4.479
Resultado líquido de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	<u>(48.624)</u>	<u>(12.943)</u>
	483.321	430.025
Insumos adquiridos por terceiros		
Custo dos produtos e das mercadorias vendidas	(140.933)	(92.662)
Outras despesas administrativas	<u>(25.046)</u>	<u>(21.825)</u>
	(165.979)	(114.487)
Valor adicionado bruto	317.342	315.538
Depreciação, amortização e exaustão		
Amortizações de entressafra	(36.622)	(38.954)
Depreciação	(29.896)	(28.214)
Ativos biológicos colhidos (amortização)	<u>(66.864)</u>	<u>(69.150)</u>
	(133.382)	(136.318)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	183.960	179.220
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	4.171	720
Outras	<u>32</u>	<u>1</u>
	4.203	721
Valor adicionado total a distribuir	<u>188.163</u>	<u>179.941</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos		
Remuneração direta	79.336	89.628
Benefícios	6.894	8.456
FGTS	7.068	7.378
Honorários dos administradores	<u>1.705</u>	<u>2.187</u>
	95.003	107.650
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	14.028	13.541
Estaduais	30.222	26.586
Municipais	<u>25</u>	<u>15</u>
	44.275	40.142
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	63.823	60.356
Aluguéis / Arrendamentos	1.455	3.484
Variações cambiais	<u>5.169</u>	<u>(14.326)</u>
	70.447	49.514
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos	-	3.285
Resultado do exercício	<u>(21.562)</u>	<u>(20.651)</u>
	(21.562)	(17.366)
Valor adicionado distribuído	<u>188.163</u>	<u>179.941</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

As atividades do Grupo Santa Fé compreendem as seguintes companhias e operações:

a. Usina Santa Fé S.A.

A Companhia tem sua sede administrativa na Estrada da Antiga Fazenda Itaquerê s/nº, Bairro rural, na cidade de Nova Europa - SP, e por objeto principal, a produção e industrialização da cana-de-açúcar, e seus derivados industriais, açúcar e etanol, para comercialização no mercado interno e externo. A Companhia vem obtendo recordes de produtividade observados nas últimas safras. Durante a safra 2015/16 a Companhia obteve uma moagem de 3,924 milhões de toneladas de cana. Além disso, conquistou indicadores importantes no processo de mecanização de colheita e mecanização do plantio de cana ao longo das últimas safras, cujo índices de mecanização alcançaram 100% nesta safra. O *mix* de produção praticado nesta safra foi de 47,82% para produção de açúcar e 52,18% para produção de etanol. É importante destacar que a Companhia tem concentrado esforços no sentido de reduzir seus custos operacionais através da otimização dos processos de colheita, carregamento e transporte, além de outras atividades como o plantio mecanizado e melhorias no processo industrial visando garantir maior qualidade aos seus produtos. Como resultado dos investimentos já realizados na indústria e agrícola, a Companhia prevê uma moagem de 4,6 milhões de toneladas de cana na Safra 2016/17, próxima à sua capacidade de processamento. Para isso, a Companhia possui contratos de parceria agrícola de cana-de-açúcar com companhia relacionada, acionistas e terceiros que, em conjunto com a cana de fornecedores sustentam sua produção para os próximos períodos de colheita.

b. Agropecuária Nova Europa S.A.

A Agropecuária Nova Europa S.A. tem sua sede administrativa na Estrada da Antiga Fazenda Itaquerê s/n, Bairro Rural, na cidade de Nova Europa - SP. As atividades da Companhia compreendem, basicamente, o plantio e a comercialização de cana-de-açúcar, exclusivamente para a relacionada Usina Santa Fé S.A., mediante instrumento particular de contrato de parceria agrícola a preços e condições usuais de mercado de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo (CONSECANA).

O Grupo Santa Fé considera o pressuposto de continuidade normal para a elaboração destas demonstrações financeiras combinadas baseada no plano de negócios aprovado pela administração, na possibilidade de manutenção de créditos por terceiros para a viabilização de recursos de curto e longo prazo na forma de empréstimos e refinanciamentos, e na possibilidade de alongamento do pagamento de fornecimento de insumos agrícolas.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC e CFC)

As demonstrações financeiras combinadas das entidades, que estão sendo consideradas para fins de elaboração das demonstrações financeiras combinadas do Grupo Santa Fé, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras combinadas do Grupo Santa Fé estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades do Grupo Santa Fé, independentemente da disposição de sua estrutura societária. Portanto, estas demonstrações financeiras combinadas não representam as demonstrações financeiras individuais ou consolidadas de uma entidade e suas controladas e não devem ser consideradas para fins de cálculo de dividendos, de impostos ou para outros fins societários, nem podem ser utilizadas como um indicativo da performance financeira que poderia ser obtido se as entidades consideradas na combinação tivessem operado com uma única entidade independente ou como indicativo dos resultados das operações dessas entidades para qualquer período futuro.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras combinadas do Grupo Santa Fé os seguintes procedimentos foram observados:

(i) Avaliação de combinação e entidades consideradas na combinação

As entidades sujeitas à combinação estiveram sob controle comum durante todo o período coberto pelas demonstrações financeiras combinadas, cuja avaliação foi baseada na definição de controle do Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas.

As seguintes entidades estão sendo consideradas no processo de elaboração das demonstrações financeiras combinadas:

- Usina Santa Fé S.A.; e
- Agropecuária Nova Europa S.A.

A composição dos patrimônios líquidos e resultados dos exercícios em 31 de março de 2016 e 2015 do Grupo acima elencadas e os respectivos saldos combinados estão assim apresentadas:

	Patrimônio líquido		Lucro líquido (prejuízo) do exercício	
	2016	2015	2016	2015
Usina Santa Fé S.A.	(28.095)	(3.136)	(26.835)	(23.610)
Agropecuária Nova Europa S.A.	96.427	92.474	5.273	6.245
Saldos combinados	68.332	89.338	(21.562)	(17.366)

(ii) Critérios de elaboração das demonstrações financeiras combinadas

Os princípios de combinação do CPC 44 foram utilizados para a elaboração das demonstrações financeiras combinadas do Grupo Santa Fé, que considerou dentre outros procedimentos:

- Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na elaboração das demonstrações financeiras combinadas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável; e

- As práticas contábeis são uniformes para todas as entidades combinadas.

A emissão das demonstrações financeiras combinadas foi autorizada pela Administração em 27 de maio de 2016.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis do Grupo Santa Fé estão apresentadas na nota explicativa 6.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Grupo. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras combinadas a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis do Grupo e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 6.d.iii** - Vida útil de ativo Imobilizado;
- **Nota explicativa nº 14** - Ativos e passivos fiscais diferidos; e
- **Nota explicativa nº 22** - Provisão para contingências.

Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 (premissa para ativo e passivo que não são baseados em observáveis de mercado), e reportes diretamente para a Diretoria financeira.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A totalidade dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, do Grupo são classificados como “nível 2”.

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa nº 30** - Instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras combinadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros classificados como moeda (USD) avaliados pelo valor justo através do *hedge accounting*; e
- E os ativos biológicos mensurados pelo valor justo.

6 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras combinadas, exceto nos casos indicados em contrário.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moedas estrangeiras são convertidas para a respectiva moeda funcional do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moedas estrangeiras são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

No entanto, as diferenças cambiais resultantes da reconversão do item listado abaixo são reconhecidas em outros resultados abrangentes:

- *Hedge* de fluxos de caixa qualificado e efetivo.

b. Instrumentos financeiros

O Grupo classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. O Grupo classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

As entidades combinadas reconhecem os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação que é a data na qual as entidades combinadas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

As entidades combinadas baixam um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando as entidades combinadas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelas entidades combinadas nos ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, as entidades combinadas tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As entidades combinadas têm os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis compreendem contas a receber de clientes, empréstimos - mútuos e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. Eventuais limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa das entidades combinadas, quando existentes, são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual as entidades combinadas se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando método dos juros efetivos.

Outros passivos financeiros não derivativos compreendem: empréstimos e financiamentos, fornecedores, adiantamentos de clientes, empréstimos - mútuos e outras contas a pagar.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge

A Usina Santa Fé S.A. mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

No momento da designação inicial do derivativo como um instrumento de *hedge*, a Usina Santa Fé S.A. documenta formalmente o relacionamento entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na realização da transação de *hedge* e o risco objeto do *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do *hedge*. A Usina Santa Fé S.A. faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge*, quanto em uma base contínua, se existe a expectativa que os instrumentos de *hedge* sejam “altamente eficazes” na compensação de variações no valor justo ou fluxos de caixa dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o período para o qual o *hedge* é designado, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro da faixa de 80% -125%. Para um *hedge* de fluxos de caixa de uma transação prevista, a transação deve ter a sua ocorrência como altamente provável e deve apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que no final poderiam afetar o resultado reportado. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas conforme descrito abaixo.

Hedges de fluxos de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. Quando o item objeto de *hedge* é um ativo não financeiro, o valor acumulado mantido em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado no mesmo exercício ou exercícios durante os quais o ativo não financeiro afeta o resultado. Em outros casos, o valor acumulado mantido em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado no mesmo exercício que o item objeto do *hedge* afeta o resultado. Caso o instrumento de *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, então o saldo em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado.

(v) Capital social

Ações ordinárias

Nas entidades Usina Santa Fé S.A. e Agropecuária Nova Europa S.A., as ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. Os dividendos adicionais propostos devem ser aprovados pelo Conselho de Administração das entidades combinadas e são reconhecidos no Patrimônio Líquido sobre esta rubrica, se deliberados antes do final do exercício, quando aplicável.

c. Investimentos

Os investimentos foram avaliados pelo custo, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O custo de ativos construídos pelas entidades combinadas inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de certos itens do imobilizado em 01 de janeiro de 2009, a data de transição das entidades para o CPC (IFRS) foi determinada com base em seu valor justo naquela data. O *software* adquirido que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do item), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelas entidades combinadas. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecido no resultado quando incorridos.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que as entidades combinadas obterão a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As taxas médias anuais ponderadas estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

	2016 e 2015
Edifícios e benfeitorias	2%
Móveis e utensílios	3%
Veículos e implementos rodoviários	6%
Máquinas e implementos agrícolas	6%
Máquinas, equipamentos e instalações	5%
Computadores e periféricos	14%
Benfeitorias em bens de terceiros	2%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

e. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apurados na data de corte.

f. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros e são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pelo método linear no prazo médio de 5 anos.

g. Ativos arrendados (*leasing*)

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente às entidades combinadas os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a nota explicativa nº 6.d.iii. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial das entidades combinadas.

h. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

i. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/ recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros das entidades combinadas, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

A Administração das entidades combinadas não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução do valor recuperável em 31 de março de 2016 e 2015.

j. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago sob participação nos lucros de curto prazo de acordo com a convenção coletiva, se as entidades combinadas têm uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

k. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

l. Receita operacional

(i) Venda de produtos

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

m. Pagamentos de arrendamentos

(i) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

(ii) Determinando se um contrato contém um arrendamento

No começo de um contrato as entidades combinadas definem se o contrato é ou contém um arrendamento. Isso é o caso se as duas condições abaixo são atendidas:

- (a) Cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado; e
- (b) O contrato contém direito de utilização do ativo.

As entidades combinadas separam, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso as entidades combinadas concluam que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira (baseado na taxa de juros incremental das entidades combinadas) e redução do passivo em aberto.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Pagamentos contingentes de arrendamentos são registrados através da revisão dos pagamentos mínimos do arrendamento pelo prazo remanescente do arrendamento quando o ajuste do arrendamento é confirmado.

n. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras compreendem despesas com juros sobre empréstimos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

o. Imposto de renda e contribuição social

Na Usina Santa Fé S.A. o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável do exercício.

Na Agropecuária Nova Europa S.A., o imposto de renda e a contribuição social são apurados de acordo com a legislação vigente do “lucro presumido”. Com base nesse regime, o lucro tributável corresponde a 8% e 12% do faturamento, acrescido de outras receitas operacionais, para fins de imposto de renda e da contribuição social, respectivamente.

Imposto de renda - Calculado à alíquota de 15% sobre o lucro presumido tributável acrescido do adicional de 10% sobre o excedente de R\$ 240.

Contribuição social - Calculada à alíquota de 9% sobre o lucro presumido tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

7 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para o Grupo estão mencionadas abaixo. O Grupo não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 *Financial Instruments* (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito no cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. O Grupo está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações financeiras e suas divulgações.

IFRS 15 *Revenue from contracts with customers* (receita de contratos com clientes)

A IFRS 15 exige que uma entidade reconheça o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. O Grupo está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

Agricultura: Plantas Produtivas (Alterações a IAS 16 e IAS 41)

Estas alterações exigem que plantas produtivas, definidas como uma planta viva, deve ser contabilizada como imobilizado e incluída no escopo do CPC 27 / IAS 16 Imobilizado, e não mais no escopo do CPC 29 / IAS 41 Agricultura. As alterações são efetivas para o exercício iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo.

- IFRS 14 - *Regulatory Deferral Accounts* (Ativos e Passivos Regulatórios)
- *Accounting for acquisitions of Interests in Joint Operations* (Contabilização de aquisições de Participações em Operação em Conjunto) (alteração do CPC 19 / IFRS 11)
- *Acceptable Methods of Depreciation and Amortization* (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38)
- *Sale or Contribution of Assets Between an Investor and its Associate or Joint Venture* (Transferência ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Empreendimento Controlado em Conjunto) (alterações do CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28)
- Melhorias Anuais das IFRSs de 2012-2014 - várias normas
- *Investment Entities: Consolidation Exception* (Entidades de Investimento: Exceção de Consolidação) (Alterações do CPC 36 / IFRS 10, CPC 45 / IFRS 12 e CPC 18 / IAS 28).
- *Disclosure Initiative* (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Caixa e bancos	5.738	42.235
Aplicações financeiras	18.428	7.168
	<u>24.166</u>	<u>49.404</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificados de Depósito Bancário - CDB, remunerados a taxas que variam entre 90% a 100,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. As aplicações financeiras são realizadas com instituições de primeira linha, para minimizar o risco de crédito, política está adotada pelo Grupo no gerenciamento desses ativos financeiros.

A exposição das entidades combinadas a risco de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na nota explicativa nº 30.

9 Contas a receber de clientes

	2016	2015
Contas a receber no país	5.576	6.426
(-) Provisão para devedores duvidosos	(231)	(231)
	<u>5.345</u>	<u>6.195</u>

A exposição a riscos de moeda, relacionadas às contas a receber de clientes são divulgadas na nota explicativa nº 30.

A composição dos saldos por idade de vencimentos pode ser assim apresentada:

Aging List

Duplicatas a receber:

	2016	2015
Créditos a vencer	2.872	2.088
Créditos em atraso até 30 dias	1.310	3.293
Créditos em atraso de 31 a 60 dias	39	55
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	-	24
Créditos em atraso acima de 90 dias	1.112	735
	<u>5.345</u>	<u>6.195</u>

10 Estoques

	2016	2015
Produtos acabados:		
Açúcar	88	3.673
Etanol	6.524	2.979
Almoxarifado	17.907	16.589
	<u>24.519</u>	<u>23.241</u>
Produtos em elaboração:		
Produtos em processo	1.709	-
	<u>1.709</u>	<u>-</u>
Total Estoques	<u>26.228</u>	<u>23.241</u>

11 Adiantamentos a fornecedores

	2016	2015
Circulante:		
Adiantamentos a fornecedores de cana - terceiros	26.673	26.205
Adiantamentos a fornecedores de materiais	740	157
Adiantamentos de cana - partes relacionadas (nota 12)	373	139
	<u>27.786</u>	<u>26.501</u>
Não circulante:		
- Adiantamentos a fornecedores de cana - terceiros	<u>9.003</u>	<u>12.566</u>

Os saldos de adiantamentos a fornecedores de cana - terceiros refere-se à saldos de adiantamentos efetuados pela Usina Santa Fé a parceiros para futura entrega da cana-de-açúcar conforme contratos com vencimento até 2021.

12 Partes relacionadas

a. Operações com pessoal chave

O pessoal chave da administração é composto pela Diretoria eleita trienalmente por ocasião da Assembleia Geral Ordinária. O Grupo não concede à pessoal chave da administração benefícios com características de longo prazo.

b. Principais saldos e transações que afetaram o resultado

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2016 e 2015, assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações do Grupo, conforme demonstrado a seguir:

	Relacionamento	2016	2015	2016	2015
		Saldos		Receitas (despesas)	
Ativo circulante					
<i>Adiantamento a fornecedor de cana (nota explicativa n° 11)</i>					
<i>Acionistas, Diretores, Assessores e Gerentes</i>	Pessoa física	373	139	-	-
		<u>373</u>	<u>139</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivo circulante					
<i>Compra de cana de açúcar (nota explicativa n° 18)</i>					
<i>Acionistas, Diretores, Assessores e Gerentes</i>	Pessoa física	(359)	(109)	-	-
		<u>(359)</u>	<u>(109)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivo circulante					
<i>Juros sobre capital próprio</i>					
<i>Acionistas</i>	Pessoa física	(177)	(177)	-	-
		<u>(177)</u>	<u>(177)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivo não circulante					
<i>Empréstimos - mútuos:</i>					
<i>Acionistas</i>	Pessoa física	(17.018)	(15.700)	(1.978)	(3.513)
<i>Outras partes relacionadas</i>	Pessoa física	(578)	(2.132)	(114)	(236)
		<u>(17.596)</u>	<u>(17.832)</u>	<u>(2.092)</u>	<u>(3.749)</u>

Compra de cana-de-açúcar

O preço é determinado de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pelo CONSECANA (Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo).

Empréstimos - Mútuos - Acionistas

Os saldos com acionistas referem-se a contratos de mútuo e são atualizados mensalmente pela taxa de juros de 1% ao mês, com prazo de vencimento indeterminado.

Empréstimos - Mútuos - Outras partes relacionadas

Os saldos com terceiros referem-se a contratos de mútuo e são atualizados mensalmente pela taxa de juros de 1,5% ao mês, com prazo de vencimentos indeterminado.

13 Impostos a recuperar

	2016	2015
ICMS	43	42
ICMS s/ Imobilizado	2.811	2.829
IRRF	851	365
Cofins	10.467	7.489
Pis	3.130	3.710
Outros	<u>5.310</u>	<u>2.027</u>
	22.612	16.462
Ativo circulante	<u>(19.067)</u>	<u>(13.001)</u>
Ativo não circulante	<u>3.545</u>	<u>3.461</u>

14 Ativos e passivos fiscais correntes e diferidos

As entidades combinadas reconhecem imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos e créditos e débitos tributários sobre os seguintes valores base:

	2015				2016		
	Saldo em 31 de março de 2014	Reconhecidos no resultado	Não reconhecida no resultado (Ajuste no Patrimônio Líquido)	Saldo em 31 de março de 2015	Reconhecidos no resultado	Não reconhecida no resultado (Ajuste no Patrimônio Líquido)	Saldo em 31 de março de 2016
Ativo circulante							
IRPJ e CSLL a pensar	445			489			538
Ativo não circulante							
Instrumentos financeiros derivativos	1.034	3.843	-	4.877	589	(2.474)	2.992
Provisão para contingências e impostos <i>sub judice</i>	5.681	(20)	-	5.661	1.306	-	6.966
Variação cambial não realizada	11.086	(2.450)	-	8.636	488	-	9.124
<i>Hedge Accounting</i>	7.108	(1.543)	40.076	45.641	1	1.506	47.148
Prejuízos fiscais de imposto de renda	15.901	9.923	-	25.824	10.090	-	35.914
Base negativa de contribuição social	5.718	3.573	-	9.291	3.632	-	12.923
	<u>46.528</u>	<u>13.326</u>	<u>40.076</u>	<u>99.930</u>	<u>16.106</u>	<u>(968)</u>	<u>115.067</u>
Passivo circulante							
IRPJ e CSLL a pagar	2			5			30
Passivo não circulante							
Instrumentos financeiros derivativos	(1)	(50)	-	(51)	(878)	-	(929)
Custo transação	(489)	15	-	(474)	(984)	-	(1.458)
Imobilizado - Reavaliação	(45.618)	(578)	-	(46.196)	482	-	(45.714)
Imobilizado - Custo atribuído	(9.355)	2.550	-	(6.805)	1.241	-	(5.563)
Imobilizado - Depreciação Econômica	(30.286)	(4.713)	-	(35.001)	(3.363)	-	(38.364)
Ativo biológico	(2.560)	(1.522)	-	(4.082)	(2.475)	-	(6.557)
	<u>(88.309)</u>	<u>(4.298)</u>	<u>-</u>	<u>(92.609)</u>	<u>(5.977)</u>	<u>-</u>	<u>(98.585)</u>
Líquido	<u>(41.781)</u>	<u>9.028</u>	<u>40.076</u>	<u>7.321</u>	<u>10.128</u>	<u>(968)</u>	<u>16.483</u>

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas quando de sua elaboração. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas projeções.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

Usina Santa Fé S.A.

	2016	2015
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(36.957)	(32.637)
Alíquota Fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(12.565)	(11.098)
Diferenças permanentes adições (exclusões): Adições / Exclusões permanentes	(2.447)	(2.070)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	10.128	9.028
Alíquota fiscal efetiva	27%	28%

Agropecuária Nova Europa S.A.

	2016			2015		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Receita operacional bruta						
Receita de vendas de cana-de-açúcar	5.697	5.697		7.649	7.649	
Outras receitas	-	-		-	-	
	5.697	5.697		7.649	7.649	
Alíquota de presunção	8%	12%		8%	12%	
	456	684		612	918	
Alíquota fiscal combinada	25%	9%		25%	9%	
	<u>(114)</u>	<u>(55)</u>	<u>(168)</u>	<u>(151)</u>	<u>(83)</u>	<u>(234)</u>
Outras receitas						
Venda de ativo imobilizado e outras	-	-		336	348	
Alíquota fiscal combinada	25%	9%		25%	9%	
	-	-	-	(84)	(31)	(115)
Imposto de renda e contribuição social corrente			<u><u>(168)</u></u>			<u><u>(349)</u></u>

15 Depósitos judiciais

	2016	2015
Depósitos Recursais Cíveis	110	-
Depósitos Recursais trabalhistas	2.806	2.624
INSS - Depósito Judicial	14.063	13.993
Depósito Judicial - Serviço Passagem	631	424
	<u>17.610</u>	<u>17.041</u>

16 Ativos biológicos

A Usina Santa Fé S.A. adotou o Pronunciamento Técnico CPC 29 - Ativos Biológicos onde os seus ativos biológicos de cana-de-açúcar passaram a ser mensurados ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência.

O saldo do ativo biológico da Usina Santa Fé S.A. é composto pelo custo de formação da cana e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, para que o saldo de ativos biológicos como um todo seja registrado a valor justo, menos os custos necessários para colocação dos ativos em condição de uso ou venda da seguinte forma:

	Total
Saldo em 31 de Março de 2014	<u>166.205</u>
Aumento de novas plantações e tratos	100.942
Diminuição devido a colheita	(69.151)
Mudança no valor justo do ativo biológico	<u>4.479</u>
Saldo em 31 de Março de 2015	<u>202.475</u>
Aumento de novas plantações e tratos	80.277
Diminuição devido a colheita	(66.865)
Mudança no valor justo do ativo biológico	<u>7.279</u>
Saldo em 31 de Março de 2016	<u>223.167</u>

O ativo biológico possui sua realização nos seguintes anos safras:

2016/2017	64.212
2017/2018	38.709
2018/2019	28.322
2019/2020	20.831
2020/2021	17.824
2021/2022	13.414
2022/2023	188
2023/2024	179
2024/2025	170
2025/2026	<u>598</u>
Total	184.447
Ativo biológico em formação	<u>38.721</u>
Total	<u>223.167</u>

Para o atendimento do CPC 29 - ativo biológico o Grupo utilizou o cálculo do valor justo pelo método de fluxo de caixa futuro descontado nos ativos biológicos correspondentes as soqueiras, que geram várias colheitas e a cana-de-açúcar em pé. De acordo com as práticas contábeis, esses dois componentes devem ser apresentados como um único ativo no balanço patrimonial, uma vez que a produção agrícola não pode ser reconhecida separadamente do ativo biológico a que se refere até a colheita. Como as soqueiras não se enquadram na definição de ativo circulante de acordo com o CPC 26 - Apresentação das demonstrações financeiras item 66, os ativos biológicos devem ser classificados como não circulante.

Lavouras de cana-de-açúcar

As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram. As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo:

	2016	2015
Área estimada de colheita (hectares)	29.823	27.121
Produtividade média prevista por safra (tons de cana/hectares)	94,03	85,76
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	133	137
Valor do Kg de ATR	0,56	0,51

O Grupo está exposto a uma série de riscos relacionados às suas plantações.

Riscos regulatórios e ambientais

O Grupo está sujeito às leis e regulamentos pertinentes as atividades em que opera. O Grupo estabeleceu políticas ambientais e procedimentos que visam o cumprimento das leis ambientais. A Administração realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes são suficientes para gerir esses riscos.

Riscos de oferta e demanda

O Grupo está exposto aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de açúcar e etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar. Quando possível, o Grupo gere esses riscos, alinhando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado e da procura. A Administração realiza análises de tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estão em linha com o mercado e assegurar que os volumes projetados de produção são coerentes com a demanda esperada.

Riscos climáticos e outras

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais e outras forças naturais. O Grupo tem processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares de situação da lavoura de cana-de-açúcar.

17 Imobilizado

a. Movimentação do custo

	Saldo Total	2015			Saldo Total	2016			Saldo Total
		Adições	Baixas	Transferências		Adições	Baixas	Transferências	
Terras	138.448	-	-	-	138.448	-	-	-	138.448
Edifícios e Benfeitorias	26.002	-	-	1.187	27.189	-	-	569	27.758
Móveis e Utensílios	4.026	-	(3)	500	4.523	-	(10)	850	5.363
Veículos e implementos rodoviários	56.367	29	(4.417)	10.792	62.771	-	(1.467)	2.221	63.525
Máquinas e implementos agrícolas	104.358	118	(4.850)	11.273	110.899	-	(6.704)	6.329	110.524
Máquinas, equipamentos e instalações	240.490	-	(28)	4.656	245.118	-	(501)	7.826	252.443
Computadores e periféricos	2.171	-	(10)	344	2.505	-	-	209	2.714
Benfeitorias em bens de terceiros	1.234	-	-	-	1.234	-	-	361	1.596
Obras em andamento	20.100	25.070	(395)	(25.995)	18.780	13.177	(235)	(17.771)	13.951
Adiantamentos a fornecedores	243	2.735	-	(2.931)	47	1.246	-	(665)	628
Imobilizações - entressafra	31.984	39.115	(38.954)	-	32.145	30.152	(36.623)	-	25.674
Outros	211	-	-	-	211	30	-	-	241
Bens em comodato	-	366	(34)	-	332	684	(460)	-	556
	<u>625.634</u>	<u>67.433</u>	<u>(48.691)</u>	<u>(174)</u>	<u>644.202</u>	<u>45.289</u>	<u>(46.000)</u>	<u>(71)</u>	<u>643.421</u>

b. Movimentação da depreciação

	Saldo Total	2015			Saldo Total	2016			Saldo Total
		Adições	Baixas	Transferências		Adições	Baixas	Transferências	
Edifícios e Benfeitorias	(3.988)	(524)	-	-	(4.512)	(578)	-	-	(5.090)
Móveis e Utensílios	(1.090)	(387)	-	-	(1.477)	(492)	30	-	(1.939)
Veículos e implementos rodoviários	(24.342)	(5.089)	1.388	-	(28.043)	(5.456)	623	-	(32.876)
Máquinas e implementos agrícolas	(35.348)	(9.593)	1.883	-	(43.058)	(9.645)	3.049	-	(49.655)
Máquinas, equipamentos e instalações	(88.117)	(12.420)	4	-	(100.533)	(13.016)	167	-	(113.382)
Computadores e periféricos	(1.358)	(182)	3	-	(1.537)	(176)	-	-	(1.713)
Benfeitorias em bens de terceiros	(167)	(21)	-	-	(188)	(23)	-	-	(211)
Outros	(5)	-	-	-	(5)	-	-	-	(5)
	<u>(154.415)</u>	<u>(28.216)</u>	<u>3.278</u>	<u>-</u>	<u>(179.353)</u>	<u>(29.386)</u>	<u>3.869</u>	<u>-</u>	<u>(204.871)</u>
Valor líquido contábil	<u>471.219</u>				<u>464.849</u>				<u>438.550</u>

Garantia

Em 31 de março de 2016, parcela substancial dos bens estão garantindo operações de financiamentos captados junto às instituições financeiras.

Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa

Durante os exercícios encerrados em 31 de março de 2016 e 2015 o Grupo não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar acima do valor recuperável.

18 Fornecedores

	2016	2015
Fornecedores diversos	38.899	28.690
Fornecedores de cana	44.093	18.747
Fornecedores de cana - Partes relacionadas (Nota 12)	359	109
	<u>83.351</u>	<u>47.546</u>
Passivo circulante -Fornecedores	<u>(82.191)</u>	<u>(43.789)</u>
Passivo não circulante	<u>1.160</u>	<u>3.757</u>

O saldo a pagar a fornecedores decorrentes das compras de cana-de-açúcar, determinado de acordo com a sistemática de pagamento de cana-de-açúcar adotado pelo CONSECANA (Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo).

A exposição das entidades combinadas a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores é divulgada na nota explicativa nº 30.

19 Empréstimos e financiamentos com terceiros

Essa nota divulga informações contratuais sobre a posição de empréstimos e financiamentos das entidades combinadas. A nota explicativa nº 30 divulga informações adicionais com relação à exposição do Grupo aos riscos de taxa de juros e moeda.

	2016	2015
Moeda nacional:		
Custeio - 6,75% a.a.	-	19
FINAME - Juros pré-fixados de 1,35% a 8,7% a.a. mais variação da TJLP	36.003	51.450
Leasing - Juros médios pré-fixados de 1,20% a.m. a 3,20% a.a. mais variação do CDI (Nota 20)	894	2.115
Crédito Direto ao Consumidor - juros pré-fixados de 2,5% a 6,5% a.a. mais variação CDI	194	320
BNDES PASS - juros pré-fixados a taxa de 7,70% a.a.	-	1.672
Nota de Crédito de Exportação - juros pré-fixados de 2,20% a 5,50% a.a. mais variação CDI	182.618	119.769
Capital de Giro - juros pré-fixados de 9,60% a.a.	-	13.986
Moeda estrangeira:		
Adiantamento sobre Contratos de Câmbio - juros de 2,15% a 5,50% a.a. mais variação cambial	14.453	41.100
Pré-pagamento de exportação - juros de 1,47% a 8,50% a.a. mais variação cambial	346.327	367.055
	<u>580.489</u>	<u>597.486</u>
Parcelas a amortizar no curto prazo classificadas no passivo circulante	<u>193.717</u>	<u>184.927</u>
Passivo não circulante	<u>386.772</u>	<u>412.559</u>

Em 31 de março de 2016 as parcelas do passivo circulante e passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	2016
01 de abril de 2016 a 31 de março de 2017	193.717
01 de abril de 2017 a 31 de março de 2018	179.899
01 de abril de 2018 a 31 de março de 2019	125.139
01 de abril de 2019 a 31 de março de 2020	60.897
01 de abril de 2020 a 31 de março de 2021	20.057
01 de abril de 2021 a 31 de março de 2024	780
	<hr/>
	580.489
	<hr/>

Fornecimento de garantias, avais ou fianças

Para os empréstimos e financiamentos acima apresentados, o Grupo ofereceu as seguintes garantias:

Modalidade de captação	Garantias
Finame	Alienação fiduciária dos bens financiados
Leasing	Alienação fiduciária dos bens financiados
NCE - Nota de Crédito de Exportação	Penhor mercantil, Penhor Rural (Terras), Garantia das ações
	Penhor Agrícola (Cana), Penhor Rural (Terras), Nota promissória,
PPE - Pré-pagamento de Exportações	Contratos de exportações
ACC - Adiantamento de Contrato de Câmbio	Aval de Nota Promissória

Ao longo do exercício a Usina Santa Fé S.A. renegociou as condições determinadas em contrato de duas operações sindicalizadas passadas, unificando as exigências dos indicadores financeiros (*covenants* financeiros) de forma a manter os mesmos indicadores contratados na última transação sindicalizada datada de 23/12/2015. Os *covenants* financeiros decorrentes dos financiamentos acima que devem ser observados para esse exercício e para os exercícios subsequentes são:

- Razão entre Dívida Líquida e EBITDA menor ou igual a 4,3 na verificação relativa ao exercício encerrado em 31 de março de 2016; e menor ou igual a 3,9 na verificação relativa ao exercício a encerrar-se em 31 de março de 2017 e 3,8 nas verificações relativas aos exercícios a encerrar-se em 31 de março de 2018 a 2020;
- Razão entre Dívida Líquida de Curto Prazo e Dívida Líquida menor ou igual a 0,35 nas verificações relativas aos exercícios encerrado e a encerrar-se em 31 de março de 2016 a 2020; e
- Razão entre Ativo Circulante e Passivo Circulante maior do que 0,6 nos exercícios sociais a encerrar-se em 31 de março de 2017 a 2020 ("Índice de Liquidez").

Tais contratos também estão sujeitos a obrigações contratuais não financeiras (*covenants* não financeiros), comum a este tipo de operações, sendo as principais:

- Não ceder, transferir ou alienar bens do ativo imobilizado de valor individual ou cumulativo substanciais;

- Não incorrer em mudanças no ramo de atividades; e
- Não realizar mudanças de práticas contábeis, ou promover reavaliações de ativos, exceto as permitidas segundo a legislação societária.

O Grupo cumpriu as obrigações relacionadas à manutenção dos indicadores na data de encerramento do exercício, bem como aos *covenants* não financeiros, não sendo necessários ajustes às demonstrações financeiras.

20 Arrendamento mercantil

A Usina Santa Fé S.A possui em seu ativo contrato de arrendamento mercantil financeiro. Os contratos possuem prazo de duração de 2 e 5 anos, com cláusulas de opção de compra após essa data.

Os bens decorrentes de operações de *leasing* financeiro encontram-se registrados no ativo imobilizado do Grupo.

O Grupo possui contratos de arrendamento mercantil financeiro para, 45 ativos em veículos, 4 ativos em máquinas e equipamentos agrícolas e 4 ativos em equipamento e processamento de dados. Os contratos possuem prazo de duração entre 2 e 5 anos, com cláusulas de opção de renovação, opção de compra e de reajustamento após essa data.

Os ativos abaixo discriminados estão incluídos no ativo imobilizado e intangível do Grupo.

Valor contábil líquido dos bens obtidos por meio de contratos de arrendamento financeiro:

	2016	2015
Máquinas e Equipamentos Agrícolas	825	135
Veículos	1.751	2.415
Equipamentos e processamentos de dados	181	314
Total	<u>2.757</u>	<u>2.864</u>

Durante o exercício findo em 31 de março de 2016, o Grupo reconheceu como despesa no resultado referente a arrendamento mercantil financeiro os montantes de R\$ 212 (R\$ 375 em março de 2015) relativo a despesas com juros e R\$ 586 (R\$ 554 em março de 2015) relativo à despesa de depreciação. Os pagamentos futuros mínimos estão segregados da seguinte forma:

	2016		2015	
	Valor presente dos pagamentos mínimos	Pagamentos futuros mínimos	Valor presente dos pagamentos mínimos	Pagamentos Futuros Mínimos
Até um ano	614	614	916	916
De dois até três anos	279	279	1.199	1.199
	<u>893</u>	<u>893</u>	<u>2.115</u>	<u>2.115</u>

21 Impostos e contribuições a recolher

	2016	2015
Parcelamento - Lei 11.941/09	15.451	20.124
IRRF	190	192
ICMS corrente	1.473	5.038
ICMS - Parcelamento	8.103	3.373
INSS - Funrural	1.244	844
Outros	1.602	2.185
	<hr/>	<hr/>
Total	28.063	31.756
Passivo circulante	<hr/> (12.778)	<hr/> (12.027)
Passivo não circulante	<hr/> 15.285	<hr/> 19.729

Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09

Em novembro de 2009, a Usina Santa Fé S.A. optou pelo parcelamento de seus débitos de contribuições previdenciárias e impostos federais, vencidos até 30 de novembro de 2008, através da adesão ao programa REFIS IV, instituído pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, o qual foi consolidado em junho de 2011 pela Receita Federal do Brasil ("RFB") e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ("PGFN").

Nos termos da legislação pertinente, a Companhia tem a obrigação de permanecer adimplente com relação aos pagamentos das parcelas mensais do referido parcelamento, como condição essencial à sua manutenção. O não cumprimento dessa obrigação acarretará a exclusão e o cancelamento dos benefícios concedidos e também a exigência imediata dos débitos vencidos e a vencer, no seu valor original, com incidência dos acréscimos legais até a data da exclusão. A Companhia vem cumprindo tempestivamente os pagamentos previstos para esse parcelamento.

22 Provisão para contingências

Baseada na opinião dos assessores jurídicos o Grupo constituiu provisão para contingências de processos trabalhista e cível em montante considerado suficiente para cobrir perdas prováveis que possam advir do desfecho dos processos tributários em andamento, conforme quadro abaixo:

	2016	2015
Trabalhistas	6.401	2.657
Previdenciária - INSS	14.063	13.994
Cíveis	25	-
	<hr/>	<hr/>
Total	<hr/> 20.489	<hr/> 16.651

Contingências passivas não registradas

O Grupo é parte em outros processos, nos quais a Administração, suportada pela opinião de seus assessores jurídicos, acredita que as chances de perda são possíveis e, portanto, não foi objeto de provisão para contingências. As reclamações relacionadas a perdas possíveis em 31 de março de 2016 estavam representadas por ações tributárias, no montante de R\$ 7.146 (R\$ 3.276 em 2015).

23 Patrimônio líquido

a. Capital social

Usina Santa Fé S.A.

O capital social no montante de R\$ 96.592, está representado por 62.217.000 ações ordinárias e nominativas sem valor nominal (idêntico em 31 de março 2015).

Agropecuária Nova Europa S.A.

O capital social no montante de R\$ 3.055, está representado por 3.055.000 ações ordinárias e nominativas sem valor nominal (idêntico em 31 de março 2015).

b. Reservas

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social e após a compensação dos prejuízos acumulados.

Reservas de reavaliação

Constituída em decorrência da reavaliação de bens próprios do ativo imobilizado. Em atendimento a prática contábil de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 10, o Grupo Santa Fé registrou o imposto de renda e contribuição social diferidos decorrente da reavaliação sobre ativos não depreciáveis (terras) no montante de R\$ 42.098.

A reserva de reavaliação vem sendo realizada, na proporção da alienação ou baixa dos ativos reavaliados, em contrapartida de lucros acumulados.

Reserva de retenção de lucros

Constituída em razão do saldo remanescente do lucro após distribuição de dividendos e constituição da reserva legal, é destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital devidamente aprovado em assembleia geral.

c. Ajuste de avaliação patrimonial

É composto do efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do CPC 27 e ICPC 10 na data de transição, deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem, bem como perdas com *hedge* de fluxo de caixa.

24 Receita operacional líquida

A receita operacional é composta, basicamente, pela venda de açúcar e etanol para o mercado interno e externo. Abaixo é apresentada a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do período:

	2016	2015
Receitas Operacionais		
Açúcar	244.765	209.347
Etanol	248.592	201.162
Outras receitas	28.827	28.277
Receita bruta fiscal	<u>522.184</u>	<u>438.786</u>
CPC 38 - <i>Hedge Accounting</i>	<u>(48.624)</u>	<u>(12.943)</u>
Receita ajustada pelo <i>Hedge Accounting</i>	473.560	425.843
Menos:		
Impostos sobre vendas	(40.992)	(36.296)
Devoluções e abatimentos	<u>(248)</u>	<u>(352)</u>
Total de receita contábil	<u><u>432.320</u></u>	<u><u>389.195</u></u>

25 Despesas operacionais por natureza

O Grupo apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2016	2015
Despesas operacionais por natureza:		
Matéria prima consumida (cana-de-açúcar)	297.159	265.433
Despesa com pessoal	39.729	42.954
Frete, transbordos e armazenagem	15.523	14.129
Depreciação e amortização	14.908	13.869
Outros gastos	22.750	19.381
Despesa com comercialização	330	375
Manutenção	8.043	8.550
Materiais transferidos/recebidos	51	314
Impostos e taxas	<u>446</u>	<u>432</u>
	<u><u>398.939</u></u>	<u><u>365.437</u></u>
Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função:		
Custos dos produtos vendidos	351.853	318.340
Despesas de vendas	17.403	16.291
Despesas administrativas e gerais	<u>29.683</u>	<u>30.807</u>
	<u><u>398.939</u></u>	<u><u>365.438</u></u>

26 Outras (despesas) receitas operacionais líquidas

	2016	2015
Participações no Resultado	(3.990)	(5.542)
Impostos e Taxas sobre outras operações	2.168	(700)
Recuperação com sinistros	216	147
Resultado na venda/baixa de ativos	(3.581)	(4.389)
Provisão para contingências	(6.698)	(1.395)
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	<u>4.492</u>	<u>2.907</u>
	<u>(7.393)</u>	<u>(8.972)</u>

27 Receitas financeiras

	2016	2015
Receitas com operações financeiras	1.085	433
Juros atualização créditos tributários e contingências	602	116
Juros demais operações e descontos financeiros	<u>2.516</u>	<u>172</u>
	<u>4.203</u>	<u>721</u>

28 Despesas financeiras

	2016	2015
Instrumentos financeiros derivativos	(2.976)	(13.776)
Juros apropriados sobre financiamentos	(51.439)	(37.413)
Juros conta corrente mercantil	(3.158)	(2.175)
Juros tributários - parcelamento e contingências	(2.886)	(1.552)
Descontos concedidos	(9)	(17)
Juros demais operações	<u>(3.355)</u>	<u>(5.423)</u>
	<u>(63.823)</u>	<u>(60.356)</u>

29 Variação cambial líquida

	2016	2015
Variação cambial ativa	24.724	22.343
Variação cambial passiva	<u>(29.893)</u>	<u>(8.017)</u>
Variação cambial líquida	<u>(5.169)</u>	<u>14.326</u>

30 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

	Nota	Valor contábil				Valor justo		
		Valor justo através do resultado (Negociação)	Empréstimos e Recebíveis	Outros Passivos Financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
31 de março de 2016								
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	8	24.111	55	-	24.166	24.166	-	-
Contas a receber de clientes	9	-	5.345	-	5.345	-	-	-
Outros créditos		-	10.292	-	10.292	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		2.733	-	-	2.733	-	2.733	-
Total		26.844	15.692	-	42.536	24.166	2.733	-
Passivos								
Fornecedores e outras contas a pagar		-	-	85.760	85.760	-	-	-
Empréstimos e financiamentos com terceiros	19	-	-	580.489	580.489	-	580.489	-
Adiantamentos de clientes		-	-	3.337	3.337	-	-	-
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	12	-	-	17.596	17.596	-	17.596	-
Instrumentos financeiros derivativos		8.799	-	-	8.799	-	8.799	-
Total		8.799	-	687.182	695.981	-	606.884	-
31 de março de 2015								
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	8	49.381	23	-	49.404	49.404	-	-
Contas a receber de clientes	9	-	6.195	-	6.195	-	-	-
Outros créditos		-	4.239	-	4.239	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		149	-	-	149	-	149	-
Total		49.530	10.457	-	59.987	49.404	149	-
Passivos								
Fornecedores e outras contas a pagar		-	-	48.147	48.147	-	-	-
Empréstimos e financiamentos com terceiros	19	-	-	597.486	597.486	-	597.486	-
Adiantamentos de clientes		-	-	4.255	4.255	-	-	-
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	12	-	-	17.832	17.832	-	17.832	-
Instrumentos financeiros derivativos		14.344	-	-	14.344	-	14.344	-
Total		14.344	-	667.720	682.064	-	629.662	-

b. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis do Grupo exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento destes instrumentos.

Instrumentos financeiros derivativos

O valor justo de contratos a termo e de *swaps* de fluxos de caixa é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto a razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito do Grupo e contraparte quando apropriado.

Empréstimos e financiamentos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Passivos financeiros não derivativos.

c. Gerenciamento de risco financeiro

Visão geral

Os principais riscos nos quais o Grupo está exposto, são contemplados pelo modelo atual de monitoramento e gestão. Os riscos tais como, risco operacional, comportamento de demanda, concorrência e eventuais mudanças significativas no seguimento são gerenciados por modelo.

Os riscos econômicos financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como preço do açúcar e etanol, taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que o Grupo utiliza. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da alta administração que atua ativamente na gestão operacional do Grupo.

O Grupo possui como prática gerir seus os riscos existentes de forma conservadora, sendo que esta prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da alta administração são:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco operacional; e
- Risco de capital.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Estrutura de gerenciamento de risco

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro do Grupo caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis oriundos de venda de açúcar e adiantamentos a fornecedores de cana.

A gestão do risco de crédito das entidades combinadas em relação a clientes, no que pertence ao negócio do açúcar é centrada no relacionamento formalizado com empresas de *Trading*, que possuem propostas contratuais que por sua vez são avaliadas pela administração do Grupo, de forma que, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial do Grupo. Para as operações de adiantamentos a fornecedores de cana, são firmados contratos de parceria, onde fica estabelecida a garantia contratual para o fornecimento do produto quando da sua produção, bem como, prevê todo o acompanhamento e manuseamento da produção por parte da Usina Santa Fé S.A.

Adicionalmente os adiantamentos são gerenciados com base no estabelecimento de limites percentuais, que atualmente conforme determinação da administração é de 20% do custo estimado de produção.

De forma geral, o direcionamento dos negócios é tratado em reuniões para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, bem como mantém operações com instituições financeiras de primeira linha, visando manter os resultados esperados.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2016	2015
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	8	24.166	49.404
Contas a receber de clientes	9	5.345	6.195
Instrumentos financeiros derivativos		<u>2.733</u>	<u>149</u>
		<u>32.244</u>	<u>55.748</u>

Para os saldos apresentados no grupo de aplicações financeiras 85% do saldo concentra-se em três instituições financeiras. No entanto, o Grupo possuía junto a essas instituições operações de empréstimos financiamentos cujos saldos devedores naquela data eram significativamente superiores aos saldos mantidos em aplicações financeiras.

Perdas por redução no valor recuperável

Na data de 31 de março de 2016 o Grupo possuía somente R\$ 231 a título de provisão para devedores duvidosos referente a recebíveis. Este item está sendo detalhado na nota explicativa nº 9.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Grupo possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo.

As entidades combinadas trabalham alinhando disponibilidade e geração de recursos gerenciando sua geração de receita através da venda de açúcar em conjunto com a captação de recursos junto a instituições financeiras com taxas reduzidas e com prazos alongados de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados. Adicionalmente o Grupo possui como prática manter recursos em aplicações financeiras de liquidez imediata, visando principalmente garantir sua liquidez de curto prazo.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e os ativos que são utilizados para gerenciar o risco de liquidez.

2016					
	Valor contábil	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	24.166	24.166	-	-	-
Contas a receber de clientes	5.345	5.345	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	2.733	2.733	-	-	-
Total		32.244	-	-	-
Passivos					
Fornecedores e outras contas a pagar	85.760	84.600	1.160	-	-
Empréstimos e financiamentos	580.489	193.717	305.038	80.954	780
Adiantamentos de clientes	3.337	3.337	-	-	-
Partes relacionadas	17.596	-	-	-	17.596
Instrumentos financeiros derivativos	8.799	3.344	5.455	-	-
Total		284.998	311.653	80.954	18.376

2015					
	Valor contábil	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	49.404	49.404	-	-	-
Contas a receber de clientes	6.195	6.195	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	149	149	-	-	-
Total		55.748	-	-	-
Passivos					
Fornecedores e outras contas a pagar	48.147	44.390	3.757	-	-
Empréstimos e financiamentos	597.486	184.927	168.538	241.816	2.205
Adiantamentos de clientes	4.255	4.255	-	-	-
Partes relacionadas	17.832	-	-	-	17.832
Instrumentos financeiros derivativos	14.344	8.436	5.908	-	-
Total		242.008	178.203	241.816	20.037

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade do Grupo, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

O cenário apresentado acima não contempla contratos de exportação firmados para as próximas safras, de forma que este quadro não reflete o fluxo de caixa efetivo para os próximos períodos.

Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços dos produtos comercializados ou produzidos pelo Grupo e dos demais insumos utilizados no processo de produção.

O Grupo possui como prática para minimizar os riscos de mercado, firmar contratos de parceria com os produtores com o objetivo de garantir a produção, bem como, o estabelecimento de contratos de venda futura junto a empresa de *Tradings*. Essa tomada decisão possui como principal objetivo garantir melhores preços de mercado.

Risco cambial

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras oriundas das operações de exportações de açúcar e captações de recursos financeiros. A Usina Santa Fé S.A. avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos. Ao longo do exercício a Usina Santa Fé S.A. utilizou-se de instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições. A gestão da exposição cambial da Usina Santa Fé S.A. consiste na análise do *hedge* natural existente entre os contratos de exportação que consequentemente geram recebíveis em moeda estrangeira com as obrigações em moeda estrangeira, de forma que após a apuração da exposição líquida avalia-se estrategicamente a necessidade de contratar um instrumento de proteção.

Exposição líquida em moeda estrangeira está demonstrado no quadro a seguir, pelos montantes de principal (nocional em R\$):

	2016		2015	
	R\$	USD	R\$	USD
Empréstimos e financiamentos	<u>(360.780)</u>	<u>(101.391)</u>	<u>(408.155)</u>	<u>(127.230)</u>
Exposição Líquida	<u>(360.780)</u>	<u>(101.391)</u>	<u>(408.155)</u>	<u>(127.230)</u>

Análise de sensibilidade

O Grupo utiliza-se de instrumentos financeiros derivativos somente para a proteção de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Desta forma, para fins de análise de sensibilidade para riscos de mercado originados por instrumentos financeiros, o Grupo analisa conjuntamente o instrumento de proteção e o objeto de proteção, conforme demonstrado nos quadros abaixo.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a administração adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente. Como referência, aos demais cenários, foram considerados a deterioração e apreciação sobre a taxa de câmbio utilizada para apuração dos apresentados nos registros contábeis. Os cenários foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente, do Real no cenário provável.

Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 31 de março de 2016, foram substituídas as taxas de câmbio e outros indexadores quando aplicável e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais em 31 de março de 2016 em cada um dos cenários.

A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados, devendo-se considerar o fato de que os contratos de exportação firmados para as próximas safras não estão sendo contemplados pela análise apresentada abaixo:

Cenários	Provável	Alta		Baixa	
		25%	50%	25%	50%
Instrumentos financeiros					
Empréstimos e financiamentos	<u>360.780</u>	<u>450.975</u>	<u>541.170</u>	<u>270.585</u>	<u>180.390</u>
Instrumentos Financeiros - <i>NDF</i>	<u>2.733</u>	<u>3.416</u>	<u>4.100</u>	<u>2.050</u>	<u>1.367</u>
Efeito no patrimônio líquido		<u>(90.878)</u>	<u>(181.757)</u>	<u>90.878</u>	<u>181.757</u>

Risco taxa juros

Decorre da possibilidade de as entidades combinadas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e *swaps*, bem como, operações com subsídios rurais, quando as mesmas são disponibilizadas.

Exposição líquida em taxa juros variáveis está demonstrado no quadro a seguir.

	Nota	2016	2015
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	8	24.166	49.404
Empréstimos e financiamentos	19	(580.489)	(597.486)
Líquido		(556.323)	(548.082)

A Usina Santa Fé S.A. utiliza instrumentos financeiros derivativos, único exclusivamente com o intuito de se proteger quanto a oscilação da *Libor*, já que naquela a Usina Santa Fé S.A. possuía captações indexadas a *Libor*. De uma maneira geral a administração entende que qualquer oscilação nas taxas de juros, não representaria nenhum impacto significativo no resultado da Usina Santa Fé S.A., já que esse não é o principal risco.

Nos quadros abaixo são considerados três cenários, sendo o cenário provável adotado pelo Grupo. O cenário provável considerou os níveis de mercado vigentes na data do encerramento do balanço.

Para o Cenário I consideramos um incremento de 25% nas cotações das taxas de juros e para o Cenário II um aumento de 50%.

Análise de sensibilidade para exposições a taxas de juros

	Saldo R\$	Cenário (prazo de 1 ano)		
		Provável	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Taxas de juros				
Taxa CDI em 31.03.2016		14,13%	17,66%	21,20%
Caixa e equivalentes de caixa	24.166	3.415	4.268	5.122
Empréstimos e financiamentos	580.489	82.023	102.529	123.035

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnológicos e infraestrutura do Grupo e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações do Grupo.

O objetivo do Grupo é administrar o risco operacional de forma conservadora, sempre buscando aproveitar as melhores oportunidades de mercado maximizando os resultados financeiros, contribuindo para que as ações aplicadas para os demais riscos citados nesta nota não sejam comprometidas.

Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que o Grupo faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, o Grupo monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Instrumentos financeiros designados para Hedge Accounting

Como procedimento de gestão de seus riscos de mercado, a Usina Santa Fé administra as suas exposições em moeda estrangeira por meio da contratação de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos atrelados ao dólar, considerando a previsão de venda contida no *budget* oficial do Grupo.

A partir de abril de 2013, a Usina Santa Fé designou formalmente para *hedge accounting* de fluxos de caixa os instrumentos de dívidas e derivativos para cobertura das suas receitas futuras de exportações, altamente prováveis, em dólares com objetivo de se proteger a volatilidade das receitas de suas exportações em decorrência dos momentos desfavoráveis na taxa de câmbio.

A estrutura de *hedge accounting* consiste na cobertura de uma transação prevista, caracterizadas como altamente provável, de exportação à fixar em moeda estrangeira (dólar americano USD), contra o risco de flutuação de taxa de câmbio USD vs BRL, usando como instrumento de cobertura, instrumentos financeiros não derivativos como dívidas em moeda estrangeira (Dólar Americano) e derivativos como *NDF (Non-Deliverable Forward)*, em valores e vencimentos equivalentes ao *budget* de venda.

As transações para as quais a Usina Santa Fé fez a designação de *hedge accounting*, são altamente prováveis, apresentam uma exposição da variação do fluxo de caixa que poderia afetar lucros e perdas e são altamente efetivas em atingir as variações cambiais ou fluxo de caixa atribuível ao risco coberto.

Instrumentos de proteção designados para Hedge Accounting e períodos previstos do fluxo de caixa das exportações

ITEM DE HEDGE		INSTRUMENTO DE HEDGE:			
		US\$	US\$	US\$	US\$
Data prevista	Budget em US\$ (Hedgeado)	ACC	NDF	Total Instrumentos	Rolagem
abr/16	981.069	531.069	450.000	981.069	-
mai/16	5.136.631	4.336.631	800.000	5.136.631	-
jun/16	874.497	74.497	800.000	874.497	-
jul/16	1.510.201	360.201	1.150.000	1.510.201	-
ago/16	8.864.565	10.364.547	1.250.000	8.864.565	(2.749.983)
set/16	7.500.205	4.000.223	750.000	7.500.205	2.749.983
out/16	3.773.342	3.773.342	-	3.773.342	-
nov/16	10.461.509	11.815.358	-	10.461.509	(1.353.849)
dez/16	5.571.405	4.217.556	-	5.571.405	1.353.849
jan/17	273.083	273.083	-	273.083	-
abr/17	584.981	584.981	-	584.981	-
mai/17	1.159.595	1.159.595	-	1.159.595	-
jun/17	70.772	70.772	-	70.772	-
jul/17	341.263	341.263	-	341.263	-
ago/17	9.023.478	9.862.350	-	9.023.478	(838.871)
set/17	5.075.855	4.236.984	-	5.075.855	838.871
out/17	7.273.380	7.273.380	-	7.273.380	-
nov/17	10.649.051	11.752.475	-	10.649.051	(1.103.424)
jan/18	1.265.164	161.740	-	1.265.164	1.103.424
abr/18	410.477	410.477	-	410.477	-
mai/18	583.213	583.213	-	583.213	-
jun/18	52.148	52.148	-	52.148	-
jul/18	212.205	212.205	-	212.205	-
ago/18	9.190.580	9.822.937	-	9.190.580	(632.357)
set/18	1.428.918	796.561	-	1.428.918	632.357
out/18	5.151.391	5.151.391	-	5.151.391	-
nov/18	9.670.781	9.670.781	-	9.670.781	-
jan/19	92.423	92.423	-	92.423	-
abr/19	234.558	234.558	-	234.558	-
mai/19	28.838	28.838	-	28.838	-
jun/19	29.799	29.799	-	29.799	-
jul/19	121.260	121.260	-	121.260	-
ago/19	779.799	779.799	-	779.799	-
set/19	774.212	774.212	-	774.212	-
out/19	5.060.446	5.060.446	-	5.060.446	-
nov/19	763.037	763.037	-	763.037	-
jan/20	23.106	23.106	-	23.106	-
abr/20	59.131	59.131	-	59.131	-
mai/20	7.209	7.209	-	7.209	-
jun/20	7.450	7.450	-	7.450	-
jul/20	30.315	30.315	-	30.315	-
ago/20	2.414.984	2.414.984	-	2.414.984	-

A Usina Santa Fé realizará a rolagem de instrumentos designados para *hedge*, para períodos equivalentes à expectativa de exportações. Desta forma, a Companhia irá adequar o montante de instrumentos x objetos de *hedge* com vistas a adequar a relação de *hedge* nos próximos exercícios.

Ganhos e perdas de instrumentos financeiros designados para contabilidade de hedge

Seguem a composição dos ganhos e perdas realizados e não realizados reconhecidos no resultado operacional e no patrimônio líquido, respectivamente, de instrumentos financeiros designados como instrumento de *hedge*.

Efeito Contábil - Instrumento de Hedge		
Operação	Não realizado	Realizado
Não Derivativos (Variação Cambial)	(2.923)	(34.051)
Derivativos (Valor Justo)	4.798	(14.573)
Total líquido dos impostos diferidos	1.875	(48.624)

Resultado referente aos instrumentos financeiros

As tabelas abaixo sumarizam os valores dos ganhos (perdas) registrados em 31 de março 2016 e 2015 que afetaram a demonstração de resultado:

Resultado de operações mantidas para negociação	Resultado	
	2016	2015
Instrumentos de taxa variável		
Instrumentos financeiros derivativos		
Ganhos com derivativos	130.324	29.315
Ajustes mercado termo - <i>NDF's</i>	-	41
Ajuste <i>Swap</i> sobre financiamentos	(3.835)	(7.159)
Perdas com derivativos	(129.465)	(35.909)
Ajustes mercado termo - <i>NDF's</i>	-	(64)
	(2.976)	(13.776)

A Usina Santa Fé utiliza como instrumento de proteção cambial, operações de *Swap* de dólar, *Swap* de *Libor*, *NDF's* de dólar e açúcar, sendo que, essas operações foram contratadas para proteção das exposições em moeda estrangeira e cotação de açúcar.

31 Compromissos de compra

A Usina Santa Fé S.A. possui diversos compromissos de compra de cana-de-açúcar com companhia relacionada, acionistas e terceiros para garantir parte de sua produção para os próximos períodos de colheita. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida é calculada com base em uma estimativa de colheita de cana-de-açúcar por área geográfica. A quantia a ser paga pela Companhia será determinada para cada período de colheita de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pela CONSECANA.

32 Compromissos de vendas

A Usina Santa Fé S.A. possui acordo no mercado de açúcar com terceiros através dos quais se compromete a vender volumes desses produtos até a safra 2016/2017. Os volumes relacionados aos compromissos acima mencionados são:

Safra	Volume - toneladas
2016/2017	145.745
Total	145.745

33 Aspectos ambientais

O Grupo considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. O Grupo diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas, que são procedimentos técnicos/ operacionais e não foram objeto de análise dos auditores independentes por tratar-se de itens não financeiros. A administração do Grupo acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

34 Demonstrações do valor adicionado - DVA

O Grupo Santa Fé está apresentando como informação complementar as demonstrações do valor adicionado - DVA, de acordo com o CPC 09. Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela do Grupo Santa Fé na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pelo Grupo Santa Fé quanto o recebido de outras entidades, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros. O referido valor adicionado representa a riqueza criada pelo Grupo Santa Fé, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferidos ao Grupo Santa Fé.